

Plano e Orçamento para 2010
Enquadramento Económico

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

Iniciamos, hoje, neste Plenário, a discussão do Plano e Orçamento para 2010, documentos que enquadram o investimento público da Região e perspectivam as nossas receitas e despesas para o próximo ano.

Documentos que balizam os investimentos a realizar pelos diversos departamentos governamentais e a sua distribuição pelo território regional.

Documentos de referência para as nossas empresas, pelas políticas fiscais e económicas que lhes estão subjacentes, pelo investimento público a realizar, bem como pelas oportunidades de negócio que as próprias despesas da Administração Pública poderão consubstanciar.

Documentos que fundamentam, financeiramente, muitas das políticas económicas e sociais já encetadas ou de novas propostas a levarem a efeito no próximo ano.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

A Economia açoriana apresentou um crescimento sustentado, ao longo da última década, com taxas anuais de crescimento frequentemente superiores às nacionais, representando em 2007, (último ano que se dispõe de dados) 89% da média registada pelo país.

Para memória futura, recorde-se que, há dez anos atrás, se ficava pelos 77%.

A Economia açoriana na última década, cresceu muito, em resultado de ganhos de eficiência, observáveis através do indicador de produtividade.

Verificou-se por parte da Administração Pública, através da sua modernização, a preocupação em diminuir muitas das despesas de contexto que eram – e que são muitas vezes – entraves ao desenvolvimento das nossas empresas.

A Economia açoriana contou, na última década, com políticas económicas que levaram à sua diversificação.

Uma região que, ao nível produtivo, dependia quase exclusivamente do sector primário, soube proceder à sua transformação, tornando-o num dos mais importantes sectores de exportação, com produtos de valor acrescentado.

Não se pode deixar de destacar a aposta num novo sector, o Turismo, que tem reforçado a sua importância na criação de riqueza, com efeitos significativos na criação de emprego e de formação de activos.

Sendo um sector dependente de mercados externos, e naturalmente sujeito à conjuntura, são injustas as críticas a um menor desempenho pontual de uma actividade económica responsável por cerca de um milhão de dormidas anuais e por dezenas de milhões de euros injectados na economia.

A Economia açoriana foi, também capaz, nestes últimos dez anos de gerar emprego em proporções que alguns duvidavam e que não foram capazes de o surtir.

Em 1998 a população empregada era estimada em 93 408 trabalhadores. No final de 2008 era de 111 168.

Em dez anos, para além termos mais gente a trabalhar, temos um emprego mais qualificado, fruto das políticas implementadas no âmbito da formação profissional e temos um emprego gerado, essencialmente, pelo sector privado.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

A crise financeira e económica que abalou a economia mundial no último ano provocou os seus efeitos na nossa região.

A diminuição do crédito às famílias e às empresas por parte das instituições financeiras foi um dos efeitos mais visíveis desta crise, que abalou, ainda, a confiança dos consumidores, levando à diminuição do consumo por parte das famílias, com efeitos no comércio e na indústria local, e quebras em dois sectores fundamentais da nossa economia - o da construção civil e o do turismo - que levaram a que as taxas de desemprego aumentassem na Região.

No que concerne ao desemprego na Região, apresentou, no terceiro trimestre de 2009, uma taxa de 6,2%, a mais baixa de todas as regiões do país e longe da média nacional de 9,8%.

A taxa de 6,2% representou face ao trimestre anterior uma diminuição de 0,8 e um aumento de 1% face ao trimestre homólogo.

O aumento das taxas de desemprego não tem impedido que o saldo da criação de postos de trabalho seja positivo na Região.

Só nos últimos três trimestres deste ano verificou-se um acréscimo de 767 trabalhadores no mercado de trabalho nos Açores.

Tanto no combate ao desemprego, como no apoio às empresas e às famílias, foram desenvolvidas pelo Governo dos Açores uma série de medidas que tem contribuído para a minorar os efeitos mais nefastos da conjuntura internacional.

Ao nível do emprego foram criadas e desenvolvidas treze medidas, das quais destacamos as que apoiaram iniciativas que contemplassem a criação de postos de trabalho para jovens à procura do primeiro emprego ou desempregados de longa duração e que se baseavam na atribuição de apoios financeiros directos ou de reduções ou isenções das contribuições para a segurança social a cargo da entidade empregadora.

Estas medidas do emprego dirigidas a todos os sectores de actividade, não têm tido o impacto desejado, em especial no sector da construção civil, que emprega grande parte de trabalhadores com baixos níveis de escolaridade e de empregabilidade.

O Governo dos Açores não baixa os braços, não se resigna.

Por isso mesmo, o Presidente do Governo já anunciou um conjunto de novas medidas para o sector, que passam pela formação e certificação dos desempregados da construção civil.

A aposta não podia ser a mais oportuna ao prever medidas para transformar dificuldades conjunturais e transitórias em oportunidades de qualificação e novas oportunidades de competitividade.

As medidas de apoio às empresas, criadas através das linhas de crédito “Açores Investe” e “Açores Empresas”, destinadas ao reforço do fundo de maneio ou capitais permanentes e novos investimentos ou à liquidação de dívidas a terceiros, bem como a linha de crédito de apoio à reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores, tiveram uma procura significativa.

Actualmente, há um conjunto de empresas que se encontram mais sólidas, através dos benefícios que obtiveram através destas linhas de crédito, mas também pela retoma de acessibilidade ao crédito e pela diminuição dos seus encargos.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

As previsões de Outono para os próximos anos de organismos como a OCDE, a Comissão Europeia ou Banco de Portugal, foram revistas em alta, apontando já crescimento positivos da economia para 2010, quer para o nosso país, quer para todo o espaço europeu.

Estas notícias são boas para os Açores.

A nossas economias de referência – Continente português e alguns países europeus – se melhorarem as suas prestações económicas, os Açores deixam de ser confrontados com dificuldades que teriam de superar.

A retoma económica portuguesa e europeia irá criar um conjunto de expectativas na nossa economia, em especial nos domínios das exportações e do turismo, dado serem estes os nossos principais mercados e emissores de turistas.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

Há pouco mais de oito meses esta, Assembleia aprovou as Orientações de Médio Prazo para 2009-2012, linhas orientadoras para o quadriénio, que apontavam respostas para a conjuntura que se vivia na Região e delineava um conjunto de objectivos e medidas que visavam o desenvolvimento económico e social dos Açores.

As Orientações de Médio Prazo para 2009-2012 assumiam quatro vectores determinantes para o desenvolvimento dos Açores:

- Uma Política Económica Activa;
- Uma política e uma agenda orientadas para a coesão;
- Operacionalidade e eficiência do funcionamento das infra-estruturas de base, observando a qualidade ambiental;
- Equilíbrio financeiro e eficiência na acção governativa;

A partir destes vectores foram definidos cinco Grandes Objectivos de Desenvolvimento para o quadriénio 2009-2012:

- Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos
- Promover o Crescimento Sustentado da Economia
- Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social

- Gerir Com Eficiência o Território, Promovendo a Qualidade Ambiental
- Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação

No Plano de 2010, são apontados como prioritários, dado o valor que agregam, os Objectivos “Promover o Crescimento Sustentado da Economia” e “Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos” dotados com 281,2 milhões de euros e 194,2 milhões respectivamente, representando 34,5% e 23,8%.

Ou seja, nestes dois objectivos está agregado cerca de 60% do valor global do investimento previsto para o próximo ano, denotando a aposta que o Governo dos Açores faz na nossa economia e na melhoria das qualificações dos açorianos.

Estes dois objectivos englobam projectos no âmbito da Agricultura e Florestas, Pescas, Turismo, Indústria, Comércio e Exportação, inovação, Apoio Financeiro ao Investimento Privado, Educação, Formação e Qualificação Profissional. Projectos que estão dotados com as maiores verbas de todo o Plano e constituem a esteira para o desenvolvimento económico de todas as ilhas, dado que é feito através de uma distribuição equitativa por todo o território regional.

Este Plano apresenta integrado nos outros três objectivos um conjunto de projectos e acções que incluem o desenvolvimento de vasto número de obras que potenciarão não só os seus aspectos de carácter social ou ambiental, mas também oportunidades de negócio para muitas das nossas empresas.

É estranho que muitas vezes sejam análises ao Plano, que atentam quase única e exclusivamente aos montantes dos apoios e subsídios, quer às empresas, quer às famílias e não se tome todo o documento como um instrumento de investimento público de carácter transversal de apoio às empresas e às famílias.

Este é um Plano que dá resposta aos desafios decorrentes da globalização que se colocam às nossas empresas, à rápida evolução tecnológica e aos novos modelos tecno-produtivos, bem como às crescentes exigências ambientais e alterações nos comportamentos dos mercados, que exigem sempre um esforço concertado entre o sector privado e os poderes públicos, no sentido de se obter ganhos de produtividade, de aumentar a competitividade do tecido económico, e de reforçar a nossa base económica de exportação.

Este é um Plano que aposta na diversificação da nossa economia, nas áreas em que os Açores detêm consideráveis vantagens comparativas; as emergentes indústrias do mar, da saúde e das energias renováveis, mas também o turismo e a agro-indústria, não esquecendo a biotecnologia e as telecomunicações.

Este é um Plano potenciador da nossa coesão territorial, arquipelágica, através da afectação de importantes recursos em infra-estruturas de base, como são os transportes e ao nível das suas tarifas, potenciadoras de uma maior mobilidade de todos os açorianos e da criação de um verdadeiro mercado interno.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

O Orçamento para 2010, apresenta um valor de 1.427,1 milhões de euros, dos quais 294,3 milhões respeitam operações extra-orçamentais.

Para além do seu montante importa fazer uma análise da sua credibilidade. Longe vai o tempo em que o maior partido da oposição fazia as suas análises na base de críticas mais ou menos veementes quanto às previsões orçamentais, críticas que se foram ficando pelo caminho, dado carácter assertivo de muitas das previsões orçamentais do próximo passado.

A credibilidade orçamental regional tem sido um activo na conjuntura que vivemos. A Proposta de Orçamento para 2010 assenta nos critérios e métodos utilizados nos últimos anos que são uma garantia de rigor, como tem sido verificado pelas execuções orçamentais, com desvios poucos significativos e pela ausência de orçamentos rectificativos.

Na presente proposta orçamental, realça-se, ao nível da receita, uma ligeira redução das receitas fiscais na ordem dos 2,1 % e do lado da despesa, um aumento nas despesas de funcionamento na ordem dos 1,7%, incremento inferior ao aumento das despesas com pessoal, que será 2,6% superior à previsão da execução para o ano de 2009, o que demonstra uma política de rigor e controlo das despesas de funcionamento.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

Ao nível do endividamento, o Governo dos Açores irá recorrer, em 2010, extraordinariamente, à contracção de um empréstimo de 50 milhões de euros, de modo a permitir o acesso a investimentos que são co-financiados por fundos comunitários e que potenciem um estímulo adicional à economia regional contribuindo para o aumento do emprego.

No final do ano de 2009 prevê-se que o stock da dívida directa da Região Autónoma dos Açores deverá fixar-se nos 324,6 milhões de euros.

No que respeita aos avales, atingem, neste momento, o montante de 397,3 milhões de euros.

Para o ano de 2010, são esperadas amortizações no montante de 15,5 milhões de euros nos empréstimos avalizados pela Região.

Neste Orçamento o Governo solicita, para 2010, um plafond de Avales de 45 milhões de euros.

Estes números, ao nível do endividamento directo e das responsabilidades assumidas através dos avales, mostram quanto responsável tem sido o nosso governo ao nível do endividamento da Região e são uma mais valia ao nível da estabilidade orçamental no próximo futuro.

Os Açorianos sabem que a ambição das propostas do Partido Socialista transformam os Açores.

Os Açorianos sabem e confiam no Partido Socialista e no seu Governo para continuar a mudar os Açores.

Horta, Sala das Sessões, 24 de Novembro de 2009.

O deputado do PS,

José do Rego